

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.380 - PB (2019/0220218-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO**
- **PB**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ITAMBÉ - PE**
INTERES. : **MAYRES SERGIO DA SILVA E OUTRO**
ADVOGADO : **EVERTON MANOEL PONTES DO NASCIMENTO** -
PB022761

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INVENTÁRIO. ÚLTIMO DOMICÍLIO DO AUTOR DA HERANÇA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. RELATIVA. SÚMULA 33/STJ.

1. A competência para o processo sucessório, definida no art. 48 do CPC (art. 96 do CPC/73), é relativa.
2. A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício. Súmula 33/STJ.
3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ITAMBÉ - PE, o suscitado.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO - PB, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ITAMBÉ - PE, suscitado.

Ação: inventário pelo rito de arrolamento ajuizado por MAYRES SÉRGIO DA SILVA em decorrência do falecimento de MARCIANO SÉRGIO DA SILVA.

Manifestação do JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ITAMBÉ - PE: declaro a incompetência deste juízo para processar e julgar a presente causa e, via de consequência, determino a sua remessa à Comarca de Pedras de Fogo, consignando que lá foi o último domicílio do autor da herança.

Manifestação do JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO - PB: suscitou o presente conflito negativo de competência, por entender que a competência relativa não pode ser declinada de ofício.

Parecer do MPF: da lavra do i. Subprocurador-Geral da

Superior Tribunal de Justiça

República, Dr. Antonio Carlos Martins Soares, opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o juízo suscitado.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Conheço do conflito, porquanto envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos moldes do art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

Esta Corte consolidou o entendimento de que "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula 33/STJ).

Considerando que a competência para o processo sucessório definida no art. 48 do CPC (art. 96 do CPC/73) é relativa, em razão de critério territorial, a ação deve ser processada pelo juízo do local onde foi proposta, no caso, pelo JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ITAMBÉ - PE.

Sobre o tema: CC 102.965/BA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06/04/2009; CC 52.781/PR, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 12/12/2005; CC 19.334/MG, SEGUNDA SEÇÃO, DJ de 25/02/2002; CC 15.227/GO, SEGUNDA SEÇÃO, DJ de 20/05/1996.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito e declaro competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ITAMBÉ - PE, o suscitado.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora